



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL)

OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) n° 008/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N° 008/2017

DATA DA REALIZAÇÃO: 17/05/2017

HORÁRIO: a partir das 09:00 horas

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal – Departamento Administrativo / Setor de Licitações e Compras, sito a Rua Presidente Álvares Florence, 373 – Centro – Santo Antonio do Jardim - SP

O Município de Santo Antônio do Jardim torna público que se acha aberta nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO (PRESENCIAL)**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL - PROCESSO n° 008/2017, PREGÃO N.º 008/2017**, cujo o objeto é o **Contratação de empresa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, para a prestação/coertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, na acomodação quarto coletivo (enfermaria), aos servidores da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim e seus dependentes**, conforme especificações do Anexo I, que será regida pela Lei federal n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Reuniões do Setor de Licitações e Compras, situada na Rua Presidente Álvares Florence, 373, Centro, Santo Antonio do Jardim - SP, iniciando-se no dia **17/05/2017 às 09h00** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio.

As despesas decorrentes desta licitação ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentárias, do presente exercício, e para os exercícios futuros, serão suplementadas se necessário, a saber:

Saúde: 08.01.00.3.3.90.39.2035.01.310.0000; Estradas Vicinais: 09.01.00.3.3.90.39.2026.01.110.0000; Promoção Social – Núcleo At. Criança: 06.01.00.3.3.90.39.2012.01.210.0000; Promoção Social Assist. Social: CRAS: 10.01.00.3.3.90.39.2033.01.510.0000; Limpeza Pública: 09.01.00.3.3.90.39.2028.01.510.0000; Contabilidade: 04.01.00.3.3.90.39.2007.01.110.0000; Ensino Fundamental: FUNDEB (Prof) 06.01.00.3.3.90.39.2013.02.262.0000; Ensino Fundamental: FUNDEB (Motoristas) 06.01.00.3.3.90.39.2020.02.262.0000; Cultura: 07.01.00.3.3.90.39.2024.01.110.0000; Serviço Funerário: 09.01.00.3.3.90.39.2030.01.110.0000; Educação Infantil: (Motoristas); 6.01.00.3.3.90.39.2022.01.210.0000; Esporte e Turismo: 07.01.00.3.3.90.39.2025.01.110.0000; Ensino Fundamental: FUNDEB (Auxiliares) 06.01.00.3.3.90.39.2013.02.262.0000; Ensino Fundamental: (Auxiliares) 06.01.00.3.3.90.39.2013.01.220.0000; Ensino Infantil: FUNDEB (Infantil Professores): 06.01.00.3.3.90.39.2011.02.262.0000; Pessoal: 03.01.00.3.3.90.39.2005.01.110.0000; Tributação: 04.01.00.3.3.90.39.2007.01.110.0000; Vigilância Epidemiológica: 08.01.00.3.3.90.39.2038.01.310.0000; Vigilância Sanitária: 08.01.00.3.3.90.39.2037.01.310.0000; Transportes e Serviços Gerais: 09.01.00.3.3.90.39.2028.01.110.0000; Meio Ambiente: 05.01.00.3.3.90.39.2008.01.110.0000; Gabinete do Diretor e dependentes: 09.01.02.3.3.90.39.2028.01.110.0000; Produção Vegetal: 05.01.00.3.3.90.39.2010.01.110.0000; Ensino Fundamental: (Motoristas) 06.01.00.3.3.90.39.2020.01.220.0000; Gabinete: 02.01.00.3.3.90.39.2003.01.110.0000; Material e Almoxarifado: 03.01.00.3.3.90.39.2005.01.110.0000; Procuradoria Jurídica: 02.01.00.3.3.90.39.2003.01.110.0000.

I - DO OBJETO

1. - A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, para a prestação/coertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, na acomodação quarto coletivo (enfermaria), aos servidores da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim e seus dependentes**, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, que integra o Edital como **Anexo I**.

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

II - DA PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar deste certame empresas operadoras de planos privados de assistência à saúde e operadoras de seguros privados de assistência à saúde que tiverem registro atualizado na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar e no CRM - Conselho Regional de Medicina e atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

2 - Poderão participar, ainda, desta licitação as empresas constituídas por Consórcio, observadas as disposições constantes no artigo 33 da Lei 8.666/1993.

2.1. As empresas consorciadas responderão, solidariamente, pelos atos praticados pelo Consórcio em que se constituírem, desde a fase da licitação até a final execução do Contrato.

2.2. Em caso de Consórcio, cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus Anexos.

2.3. A comprovação da capacidade técnica do Consórcio será determinada pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste Edital e seus Anexos.

2.4. Só poderão participar do certame Consórcios cuja liderança seja, obrigatoriamente, exercida por empresa brasileira, quando em Consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras.

2.5. É obrigatória a constituição e o registro do Consórcio, antes da celebração do Contrato.

2.6 O licitante que participar desta licitação em Consórcio, não poderá, também, participar de forma isolada ou como membro de mais de um Consórcio.

3 - Não será permitida a participação:

3.1 - De empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.2 - Daqueles que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e de impedimento de contratar com a Administração Pública de Santo Antonio do Jardim, ou, declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou estejam impedidos de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

4 - A participação nesta licitação implica no atendimento ao preenchimento de todas as condições de habilitação e requisitos da proposta.

III - DO CREDENCIAMENTO

1- Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:

1.1 - Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame (conforme modelo contido

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

no **Anexo VI**). No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

d) O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

e) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

f) Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

1.2 - Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

a) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III** deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes n° 1 (Proposta) e n° 2. (Habilitação).

1.3 - Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

a) Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar n° 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes n° 1 (Proposta) e n° 2 (Habilitação).

1.3.1 – As licitantes que se enquadrarem nas condições de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparadas, nos termos do disposto no art. 3° da Lei Complementar n° 123/06, deverão apresentar, juntamente com a Declaração, acima citada, para fins de comprovação que se encontram enquadradas nas condições de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, no mínimo 01 (um) dos seguintes documentos:

a) Certidão de Enquadramento (ME ou EPP), expedida pela Junta Comercial do seu Estado, caso exerçam atividade comercial;

b) Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas caso atuem em outra área que não a comercial.

c) Prova de opção pelo regime tributário diferenciado SIMPLES NACIONAL.

IV – FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Pregão Presencial n.º 008/2017
Processo Administrativo n.º 008/2017
Envelope n.º 1 – Proposta

Denominação da empresa:
CNPJ da empresa:
Endereço / e-mail / Telefone da empresa:

Pregão Presencial n.º 008/2017
Processo Administrativo n.º 008/2017
Envelope n.º 2 – Habilitação

Denominação da empresa:
CNPJ da empresa:
Endereço / e-mail / Telefone da empresa:

2 - A proposta deverá ser elaborada, preferencialmente no modelo constante no **Anexo II** deste edital, em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

3 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia simples acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) nome, endereço, fone/fax, CNPJ e inscrição estadual;

b) número do processo e do Pregão;

c) descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência (**Anexo I**) deste Edital;

d) preço unitário “*per capita* mensal” por faixa etária e valor global da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo com até DUAS casas decimais após a vírgula, e, total por algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

d1) Caso o licitante seja **Cooperativa, para fins de equalização de preços, será acrescido, pelo pregoeiro no momento da classificação das propostas, o percentual de 4,5% (quatro e meio por cento)** sobre o valor unitário da proposta a título de contribuição previdenciária, nos termos da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações e da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009.

e) Relação das cidades abrangidas pelo Plano de Saúde

f) Número do Registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

g) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

h) Os prazos de entrega e validade, bem como demais informações pertinentes, caso não constem na proposta apresentada pela licitante, prevalecerá o estipulado no edital.

2 - Não será admitida cotação inferior à quantidade por item prevista neste Edital.

3 - Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

4 - Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

5 - Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de desistência, reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste edital.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

1 - Para a habilitação todos licitantes deverão apresentar a Documentação Completa, na seguinte conformidade:

1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Comprovação de regularidade de débito com a **Secretaria da Receita Federal** (Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou prova equivalente);

d) Comprovação de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** (Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante, emitida pela Procuradoria da Fazenda Estadual ou prova equivalente, ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei);

e) Comprovação de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários ou prova equivalente) da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida via internet pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho).

h) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

h.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa (ou Positivas com efeito de Negativa) de Pedido de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial, expedida por setor do Poder Judiciário da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, sendo que, na hipótese de não constar prazo de validade, esta Municipalidade aceitará como válidos os documentos expedidos até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data fixada para a apresentação dos envelopes.

a.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Registro ou inscrição da licitante junto à ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, bem como autorização para funcionamento;

b) Registro ou inscrição na entidade profissional competente (Ministério da Saúde), bem como autorização para funcionamento.

1.5 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração da licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo contido no **Anexo IV**;

b) Declaração elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo contido no **Anexo V**;

2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

2.1 - É facultada às licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, pelo **Certificado de Registro Cadastral** para participar de licitações junto à **Administração Municipal**, expedido pelo Departamento de Licitações e Compras, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos subitens 1.1; 1.2, alíneas "a" e "b" deste item VI, que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou, se apresentados, estejam com os respectivos prazos de validade vencidos na data de apresentação das propostas.

2.1.1 - O registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 1.2, alíneas "c" a "f", 1.3 e 1.4 deste item VI, devendo ser apresentados por todos os licitantes.

2.2 - Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

2.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.4 - Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

2.5 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

2.6 - O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 15 (quinze) minutos.

2 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo III** ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

2.1 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

c) que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.

3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos o preço unitário de cada cesta. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

3.3 - Na hipótese de **desclassificação** de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) Caso o licitante seja **Cooperativa, para fins de equalização de preços, será acrescido, pelo pregoeiro no momento da classificação das propostas, o percentual de 4,5%** (quatro e meio por cento) **sobre o valor unitário** da proposta a título de contribuição previdenciária, nos termos da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações e da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009;

b) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

c) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

4.1 - Para efeito de seleção será considerado o **menor valor mensal/global da proposta**.

5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

a) O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de **0,5% (meio por cento)** entre os lances, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10
Rua Presidente Álvares Florence, 373
Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209
e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

- 7 – Os representantes dos licitantes poderão comunicar-se livremente com suas sedes por meio de seus telefones celulares ou outro meio eletrônico disponível desde que não atrapalhem o bom andamento da sessão de julgamento.
- 8 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 9 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 10 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 11 – Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada por empate ficto.
- 12 – Para efeito do subitem anterior, ocorrendo o empate ficto, será adotado o seguinte procedimento:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de menor preço;
 - b) não sendo classificada em primeiro lugar microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 12 alínea “a”, serão convocadas as remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 11, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - c) no caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa e empresas de pequeno porte que se enquadram no percentual estabelecido no subitem 10, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar proposta melhor;
 - d) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada pelo Pregoeiro, para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos sob pena de preclusão;
 - e) na hipótese de não-contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
 - f) o disposto no subitem 10 somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 13 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 14 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço unitário, decidindo motivadamente a respeito.
- 15 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 16 - Considerada aceitável a oferta de **menor valor mensal/global**, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 17 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.
- 18 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10
Rua Presidente Álvares Florence, 373
Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209
e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

19 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

20 - Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 2.1 da cláusula VI, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro de Fornecedores da Administração Municipal.

21 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

22 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

23 - Conhecida a proponente vencedora, o pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela as quantidades ofertadas;

23.1 - Em seguida, o pregoeiro deverá abrir os envelopes contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das proponentes que aceitaram a proposição contida no subitem 23, decidindo sobre as correspondentes habilitações, nos termos das previsões estampadas nos itens 17, 18 e 19;

23.2 - As proponentes consideradas habilitadas serão incluídas na Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação a que se refere o subitem 9;

24 - Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de apoio e licitantes presentes.

24.1- As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

25 - O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 - A adjudicação será feita por **lote**.

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

IX - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO

1 - O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e Anexo VIII – Minuta de Contrato deste edital, sendo implementado de acordo com ordens de serviços expedidas pela Contratante.

X - DA FORMA DE PAGAMENTO

1 – Os pagamentos dos serviços, efetivamente executados pela CONTRATADA, serão efetuados mensalmente pela CONTRATANTE, através de seu Setor de Finanças por meio da Tesouraria do Município, após o recebimento definitivo do objeto da licitação e da documentação fiscal, devidamente atestada por Servidor Competente da Municipalidade.

2 – A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços efetivamente prestados no mês imediatamente anterior, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprova-la ou rejeitá-la.

3 – O pagamento será feito através de cheque nominal, depósito em conta corrente em nome da CONTRATADA, transferência entre contas ou através de boleto bancário.

4 – O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

5 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

XI - DA CONTRATAÇÃO

1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo VIII** do presente ato convocatório.

1.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 3 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XII, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

2 - A adjudicatária deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da convocação, comparecer ao Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura Municipal cujo endereço consta no preâmbulo deste edital para assinar o termo de contrato.

3 - Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1 deste item XI, ou se recusar a assinar o contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4 – A contratação será celebrada com duração de doze (12) meses, contados da data da assinatura do termo de contrato, podendo, no entanto, ser prorrogada nos termos da lei.

XII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no art., 87 da Lei Federal 8.666/93, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CADASTRO DE FORNECEDORES.

3 – O atraso injustificado na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

3.1 – Advertência por escrito;

3.2 – Multa equivalente a 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega até o limite de 30 (trinta) dias;

3.3 – Multa equivalente a 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, quando será declarada a inexecução contratual;

3.4 - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

II - Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

3.5 – Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 5(cinco) anos;

3.6 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

XIII - DA GARANTIA CONTRATUAL

1 - Não será exigida a prestação de garantia financeira para a contratação resultante desta licitação.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, que serão assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

2.1- As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

3- Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

4 - O resultado do presente certame será divulgado no D.O.E.

5 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado.

6 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos ao final da sessão.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10
Rua Presidente Álvares Florence, 373
Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209
e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

7 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

7.1 - As impugnações somente serão aceitas em vias originais protocoladas na Divisão de Licitações e Contratos, conforme artigo 41 - §1º, da Lei 8.666/93.

7.2 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.

7.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

9- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo Proposta;

Anexo III – declaração de pleno atendimento;

Anexo IV – declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho;

Anexo V – declaração de inexistência de impedimento legal;

Anexo VI – modelo de credenciamento específico;

Anexo VII – modelo de declaração de ME ou EPP;

Anexo VIII – minuta de contrato;

Anexo IX – Termo de ciência e de notificação.

10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

Santo Antonio do Jardim, 03 de maio de 2017.

GILMAR DE OLIVEIRA PEZOTTI

Prefeito Municipal

MAGDA APARECIDA DOS REIS ZUIM

Diretora Administrativa / Setor de Licitações e Compras

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÕES

1 - OBJETO

1.1- Contratação de empresa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, para a prestação/cobertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, na acomodação quarto coletivo (enfermaria), aos servidores da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim e seus dependentes na forma descrita no item 4 deste Termo de Referência, por meio de rede credenciada/referenciada, livremente escolhidos, com abrangência geográfica mínima no Estado de São Paulo, e ressarcimento/reembolso nos municípios onde não houver rede assistencial (credenciado/referenciado/congênera, etc.), com cobertura emergencial e de urgência em rede nacional, em conformidade com a Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1998 e demais Regulamentações Complementares.

1.2- A cobertura será automática e sem carência, a todos os beneficiários indicados pela Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim, tanto os atuais como aqueles que vierem a adquirir o direito, em qualquer época da vigência do contrato, respeitados os prazos de inscrição dispostos na legislação específica.

2 - JUSTIFICATIVA

Manutenção do Plano Privado de Assistência à Saúde, dos funcionários públicos municipais, em atendimento à Lei Municipal nº 1.693, de 05 de abril de 2002.

3 - REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço unitário (sem coparticipação).

4 - DOS BENEFICIÁRIOS

4.1- Serão incluídos todos os servidores indicados pela Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim, mediante a entrega de cópias dos documentos pessoais comprobatórios, inclusive os relacionados aos dependentes.

4.2- Grupo inicial:

4.2.1- Beneficiários Titulares:

4.2.1.1- Servidores Ativos da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim.

4.2.2- Beneficiários Dependentes:

a) Cônjuge ou companheiro(a);

b) Filho de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos;

c) Menor, que por determinação judicial, se ache sob a guarda ou tutela do beneficiário titular;

d) Enteado(a)s, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos, desde que dependam financeiramente do titular;

e) Filho(a)s, enteado(a) ou pessoas que quando menores, estiveram sob a guarda ou tutela do titular, solteiro(a)s, com idade entre 21 e 24 anos, desde que dependam financeiramente do titular e estejam matriculados em curso de ensino superior ou escola técnica de 2º grau.

4.3- Durante a vigência do contrato poderão ser incluídos novos beneficiários que preencherem as condições dos subitens 4.2.1 e 4.2.2.

4.4- Da exclusão.

4.4.1- De beneficiários Titulares:

a) Por morte;

b) Por exoneração ou demissão;

c) Por aposentadoria.

Nos casos previstos nas alíneas “b” e “c”, deste item, o funcionário exonerado, demitido ou aposentado, poderá optar por manter o plano, por período não superior a dois (02) anos, assumindo o pagamento do valor integral, durante esse período.

4.4.1.1 – Da Suspensão Temporária

a) Por licença e afastamento, sem remuneração;

b) Por estar à disposição de outro órgão, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim;

Nos casos de Suspensão Temporária, previstos neste item, o funcionário poderá optar pelo cancelamento do benefício ou por manter o benefício assumindo o pagamento do valor integral, durante o período.

4.4.2- De beneficiários dependentes:

a) Para o cônjuge, pela separação judicial, divórcio, anulação do casamento ou alteração da situação de dependência financeira;

b) Para o(a) companheiro(a), com desaparecimento dessa condição ou com a alteração da situação de dependência financeira;

c) Para o(a)s filho(a)s de qualquer condição, enteado(a) ou tutelado(a)s, ao completarem **21** (vinte e um) anos;

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10
Rua Presidente Álvares Florence, 373
Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209
e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

- d) Para o(a)s filho(a)s, enteado(a) e pessoas que quando menores estiveram sob a guarda ou tutela do titular ao completarem 24 (vinte e quatro) anos, ainda que estejam matriculados em curso de nível superior ou curso técnico de 2º grau;
- e) Para o menor sob guarda, pela cessação da tutela ou guarda;
- f) Para os dependentes em geral, pelo falecimento, matrimônio, ou perda da condição de beneficiário titular, por aquele de quem dependam.
- 4.5- A comprovação de dependência será efetuada mediante a apresentação de documentos legais pertinentes, tais como Certidão de Casamento, Registro de Nascimento, Termo Judicial de Guarda ou Tutela, Autorização Judicial e, na hipótese de companheiro(a), declaração do beneficiário titular
- 4.6- A comprovação de dependência financeira far-se-á mediante declaração expressa do beneficiário titular e/ou cópia da declaração de Imposto de Renda do ano-base imediatamente anterior, reservando-se a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim o direito de promover verificações sobre sua veracidade.
- 4.7- O Atestado de Invalidez deverá ser fornecido pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social ou outro Órgão Oficial.
- 4.8- Incorre em falta grave o beneficiário titular que prestar informações incorretas ou falsas, visando beneficiar-se da assistência concedida, respondendo civil e criminalmente pelos seus atos.
- 4.9- Em caso de morte do titular seus dependentes gozarão da condição de beneficiário pelo período de 6 (seis) meses.
- 4.10- As inclusões e exclusões de beneficiários serão processadas ao final de cada mês, passando a vigorar a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente, mediante a entrega dos respectivos documentos comprobatórios e, no caso de exclusão, a devolução das respectivas credenciais.
- 4.10.1- Em toda exclusão de beneficiário, o CONTRATANTE obriga-se a solicitar a devolução das respectivas credenciais. Não sendo possível, o beneficiário titular assinará uma declaração de responsabilidade sobre o uso indevido das mesmas.
- 4.10.2- Na inclusão de beneficiários, a CONTRATADA deverá providenciar a emissão das credenciais de identificação, bem como o envio do livreto, nos primeiros 10 (dez) dias após o envio da documentação pertinente.

5- DA IMPLANTAÇÃO

- 5.1- A empresa operadora deverá dispor de equipe especializada para oferecer todo o suporte, inclusive na implantação e, posteriormente, na manutenção e gerenciamento do plano, oferecendo um canal de comunicação contínuo durante a vigência do contrato.
- 5.2- Deverão ser confeccionados e entregues pela contratada, em até 10 dias úteis contados da assinatura do contrato, cartões, nas quantidades estimadas neste Termo de Referência.
- 5.2.1- Os cartões deverão estar embalados individualmente e com identificação nominal.
- 5.3- As informações cadastrais dos servidores Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim serão fornecidas à contratada, em meio magnético, conforme leiaute de arquivos definindo pelo mesmo, na data de assinatura do contrato.
- 5.4- Os cartões do Plano deverão conter os seguintes dados:
- Denominação completa da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim;
 - Nome por extenso do funcionário;
 - Número sequencial de controle individual
 - Natureza da contratação – EMPRESARIAL;
 - Tipo de acomodação – coletivo;
 - Validade;
 - Abrangência;
 - Descrição do plano regulamentado pela ANS.
- 5.5- A contratada deverá fornecer ao Contratante para a distribuição aos beneficiários titulares do plano um manual para esclarecimento de dúvidas sobre a utilização da rede assistencial (credenciada/referenciada/congêneres, etc.).
- 5.6- Em caso de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeições no cartão de atendimento, a Contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para confeccionar e entregar outro ao beneficiário, sem custo para o Contratante/beneficiário.
- 5.7- Central de Atendimento.
- 5.7.1- A contratada deverá possuir Central de Atendimento funcionando 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, com pessoas habilitadas para informar sobre locais para a realização de exame laboratorial especializado ou complementar, não constante no livro da rede credenciada/referenciada, atendimento de urgência e/ou emergência em pronto-socorro ou hospital, autorização para a realização de procedimentos cirúrgicos em hospitais, consultórios/ambulatorios e clínicas, internação eletiva de urgência e/ou emergência, serviços de remoção em unidades móveis equipadas nos padrões simples ou UTI, em território nacional, reembolso de despesas com a realização de procedimentos dos serviços garantidos no contrato, quando realizados na livre escolha ou em atendimento de emergência ou urgência, quando não for possível a utilização de serviço próprio, rede credenciada/referenciada ou das congêneres.
- 5.7.2- Quando se fizer necessária a autorização prévia para a realização de procedimento, e desde que corretamente solicitado pelo médico assistente, a liberação deverá ocorrer de acordo com o artigo 3º da Resolução Normativa RN nº 259/11, alterada pela Resolução RN nº 268/11 e suas futuras alterações.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

5.7.3- A Central de Atendimento deverá dispensar tratamento diferenciado para os beneficiários da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim através de identificação do número do contrato.

6- DA COBERTURA DOS SERVIÇOS

6.1- Cobertura e custeio de atendimento em rede assistencial (credenciada ou cooperada), em número suficiente, em todo o Estado de São Paulo e rede assistencial obrigatoriamente, no mínimo em três cidades da região, no Estado de São Paulo, dentro do raio 100km, sendo obrigatória a cobertura integral nas seguintes cidades: Santo Antonio do Jardim, Espírito Santo do Pinhal e São João da Boa Vista.

6.2- Dos Serviços Cobertos em Rede Assistencial (credenciada ou cooperada) no Estado de São Paulo.

6.2.1- Assistência médica de rotina, de emergência ou de urgência, em consultórios, hospitais, prontos-socorros, clínicas médicas ou ambulatórios livremente escolhidos, nas patologias reconhecidas pela Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID) e de Problemas Relacionados com a Saúde, da OMS - Organização Mundial da Saúde ou outra classificação que venha a substituí-la, no decorrer da vigência do contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com as alterações posteriores e demais Regulamentações Complementares, mediante a apresentação da credencial do Plano de Saúde e um documento de identificação.

6.2.2- Consultas eletivas em consultórios, clínicas e ambulatórios especializados, em número ilimitado; cirurgias e procedimentos médicos de pequeno porte, exames laboratoriais e serviços de apoio diagnóstico, tratamento e demais procedimentos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente, nas especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.

6.2.3- Transplantes e implantes previstos na Lei 9.656/98.

6.3- Hospitalização:

a) Diárias de hospitalização;

b) Alimentação com serviços dietéticos;

c) Taxas de internação, de sala de operação cirúrgica, de parto ou gesso, materiais, (inclusive próteses ligadas a atos cirúrgicos) e medicamentos utilizados;

d) Serviços gerais de enfermagem;

e) Todos os exames laboratoriais, especializados ou complementares necessários para o diagnóstico de conformidade com a Lei 9.656/98 e de acordo com o Rol de Procedimentos Médicos estabelecidos pela Resolução Normativa RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010, alterada pela Resolução Normativa RN nº 262, de 01 de agosto de 2012, ambas da Agência Nacional de Saúde Suplementar e suas futuras alterações;

f) Serviços de instrumentador, em operação cirúrgica e/ou parto;

g) Medicamentos, anestésicos, oxigênio, transfusão de sangue e seus derivados, bem como todo o material que se fizer necessário durante o período de internação.

6.4- Serviços auxiliares:

6.4.1- Todos os serviços auxiliares (avaliação e tratamento) reconhecidos como tal pela Lei 9.656/98 e nas resoluções que a regulamentam, durante a vigência do contrato, inclusive os, a seguir, especificados:

a) Litotripsia;

b) Implantação de marca-passo ou substituição de geradores;

c) Tratamento de hepatite.

6.5- Remoção.

6.5.1- Em unidades móveis devidamente equipadas, nos padrões simples ou UTI, em território nacional, motivada por evento coberto pelo contrato e efetuada, via terrestre, para unidade hospitalar credenciada/referenciada em condições de prestar a continuidade do atendimento, quando solicitada e justificada pelo médico assistente.

6.6- Atendimento em Saúde Mental e Dependência Química.

6.7- Cobertura das despesas no tratamento de todos os transtornos psiquiátricos codificados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à saúde, conforme estabelecido na Resolução Normativa RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010, alterada pela Resolução Normativa RN nº 262, de 01 de agosto de 2012, ambas da ANS e suas futuras alterações.

6.8- Serviços não cobertos:

a) Tratamentos clínicos e cirúrgicos experimentais;

b) Procedimentos clínicos e cirúrgicos para fins estéticos;

c) Inseminação artificial e procedimentos ligados à reprodução humana (vasectomia, laqueaduras, dispositivos anticoncepcionais, fertilizações “in-vitro”, exames pré-nupciais e provas de paternidade);

d) Tratamentos de rejuvenescimento ou de emagrecimento com fim estético;

e) Fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;

f) Fornecimento de órteses e próteses e seus acessórios, salvo quando ligados ao ato cirúrgico;

g) Tratamento em SPAS, clínicas de repouso, estâncias hidrominerais, clínicas de idosos e internações de casos sociais;

h) A especialidade de odontologia, salvo a cirurgia buco-maxilar;

i) Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto legal e/ou médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

j) Nas internações hospitalares, as dietas e os produtos não prescritos pelo médico assistente, enfermagem em caráter privado, produtos de higiene e de toalete e serviços extraordinários não relacionados com o tratamento.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

6.9- Fica vedado à empresa contratada determinar o atendimento em serviço próprio (ambulatórios, clínicas e hospitais) ou de empresas controladas ou coligadas. Esta proibição inclui direcionamento e/ou transferência para a rede própria, exceto em local onde esta seja a única forma de atendimento, ou a opção de livre escolha do usuário.

7 - ESPECIALIDADES MÉDICAS

7.1 – O presente plano deverá abranger o atendimento em todas as especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.

8- DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR FAIXA ETÁRIA

8.1- O número estimado de beneficiários é de 224 (duzentos e vinte e quatro), considerando-se os dados cadastrais dos beneficiários titulares e seus respectivos dependentes;

8.2- A tabela a seguir, com as respectivas faixas etárias, poderá sofrer alterações, até o início da vigência do contrato e ou durante a vigência do contrato, em decorrência da dinâmica do quadro de servidores em razão de aposentadoria, exoneração, admissões, nascimentos, etc.

FAIXA ETÁRIA	Nº DE USUÁRIOS
de 0 a 18 anos:	45
de 19 a 23 anos:	09
de 24 a 28 anos:	10
de 29 a 33 anos:	13
de 34 a 38 anos:	26
de 39 a 43 anos:	27
de 44 a 48 anos:	24
de 49 a 53 anos:	30
de 54 a 58 anos:	25
de 59 a 99 anos:	15

9- VIGÊNCIA CONTRATUAL:

9.1- O prazo de vigência contratual será de doze (12) meses, contados da assinatura do respectivo termo de contrato, podendo, no entanto, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo permitido pela legislação pertinente.

9.2- Na existência da prorrogação contratual, descrita no item anterior, os preços serão reajustados financeiramente, observado o período mínimo de 12 (doze) meses, sendo o primeiro período contado do primeiro dia de vigência da prestação de serviços, e os subsequentes da data do reajuste imediatamente anterior;

a) O Índice financeiro a ser aplicado é o IPC – SAÚDE da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas acumulado nos últimos doze meses.

10- FORMA DE PAGAMENTO

10.1- Os pagamentos dos serviços, efetivamente executados pela CONTRATADA, serão efetuados mensalmente pela CONTRATANTE, através de seu Setor de Finanças por meio da Tesouraria do Município, após o recebimento definitivo do objeto da licitação e da documentação fiscal, devidamente atestada por Servidor Competente da Municipalidade.

10.2- A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços efetivamente prestados no mês imediatamente anterior, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprova-la ou rejeitá-la.

10.3 – O pagamento será feito através de cheque nominal, depósito em conta corrente em nome da CONTRATADA, transferência entre contas ou através de boleto bancário.

10.4- O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

10.5- As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

10.6- Fica consignado, que no caso de constatar, o representante da Prefeitura Municipal, qualquer irregularidade, imperfeição ou defeito na prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, será lavrado o competente termo de constatação, sendo suspenso o pagamento integralmente, até que seja feito, regularizado ou completado o objeto, nos moldes constantes do presente termo, sem qualquer direito de reclamação da Contratada.

10.7- Fica consignado, que caso os serviços não correspondam ao exigido no presente Termo de Referência, a contratada, deverá providenciar no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação expedida pela contratante, a sua adequação, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10
Rua Presidente Álvares Florence, 373
Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209
e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

11- DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1- O número de usuários e dependentes previsto neste Termo de Referência, é aproximado, devendo as adesões, respeitar os critérios a serem estabelecidos por ato próprio da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jardim, após a assinatura do contrato e divulgada para os servidores públicos municipais e seus dependentes.

11.2- No prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar uma relação com nome e endereço comercial de médico (s) (as) e suas respectivas especialidades, disponíveis para o atendimento dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal, bem como os respectivos dependentes.

11.3- Prefeitura Municipal disponibilizará no ato da assinatura do contrato, a lista de servidores públicos em atividade, que poderão se beneficiar da prestação dos serviços contratados;

11.3.1- Os dependentes legais, dos referidos servidores públicos, deverão provar essa condição, uma vez que são beneficiários conforme previsão na Lei nº 3.073, de 27/02/2008;

11.3.2- Até o quinto (5º) dia útil de cada mês, a Prefeitura Municipal, através do Departamento de Recursos Humanos, repassará à contratada a relação contendo o nome dos servidores públicos demitidos, aposentados e contratados no mês imediatamente anterior, para efeito de benefício e retirada do Plano de Saúde;

11.4- Caberá à Contratada Arcar com todas as despesas com a administração, controle e execução da prestação de todos os serviços, inclusive aqueles previstos para a perfeita execução do objeto contratado.

11.4.1- A empresa contratada deverá dispor, em até 10 dias da data da assinatura do contrato, de local adequado para receber os beneficiários que se interessar em incluir-se na prestação dos serviços contratados.

11.4.2- A contratada se responsabilizará em cadastrar todos os beneficiários e seus dependentes, devendo repassar a Prefeitura Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, a relação dos conveniados e serviços realizados, para efeito de recebimento dos recursos referentes às obrigações da Prefeitura Municipal, dos beneficiados e seus dependentes.

11.4.3- Após a assinatura do contrato e desde que cumprida todas as exigências deste Termo de Referência, a contratada deverá disponibilizar um funcionário para permanecer no período diurno nas dependências da Prefeitura Municipal a fim de realizar os trabalhos de informação e adesão quanto ao Plano junto aos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal, por um período de 30 (trinta) dias. Findo esse prazo, cessará tal obrigação da contratada, e a partir daí os servidores interessados em aderir ao Plano deverão procurar a própria contratada, em seu local de funcionamento no horário comercial.

11.5- A contratada deverá enviar **até o dia 10 do mês subsequente** à utilização dos serviços, os seguintes relatórios:

- a) Relatório Operacional com a movimentação cadastral, emissões de cartões de identificação, reembolso, autorizações prévias, credenciamento e descredenciamento, e outros;
- b) Relatório Estatístico de utilização dos serviços discriminados por grupo familiar e por tipo de evento (consulta, exame, internação, etc.);
- c) Relatório de Gestão de Riscos com indicadores comumente aceitos para a utilização dos serviços e os desvios apresentados, análise dos graus de risco da população ativa e cadastrada, e quais as ações que serão desenvolvidas para minimizá-los.



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Razão Social: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
e-mail: _____ Fone: _____ Fax: _____
CNPJ: _____ Incr. Estadual: _____ Data: _____

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas e os anexos do edital do Pregão Presencial nº. 008/2017, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM REGISTRO NA ANS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA OU SEGURO SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO/COBERTURA DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, NA SEGMENTAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, EXAMES LABORATORIAIS E DEMAIS SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO, NA ACOMODAÇÃO QUARTO COLETIVO (ENFERMARIA), AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO JARDIM E SEUS DEPENDENTES**, conforme descrito no ANEXO I, e após termos tomado conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, com as quais concordamos sem qualquer ressalva, passamos a formular a seguinte proposta:

Item	Faixa Etária	Quantidade Estimada de Usuários (a)	R\$ Unitário Mensal (b)	R\$ Total Mensal (c) = (a) x (b)	R\$ Total Anual (d) = (c) x 12
01	de 0 a 18 anos:	45			
02	de 19 a 23 anos:	09			
03	de 24 a 28 anos:	10			
04	de 29 a 33 anos:	13			
05	de 34 a 38 anos:	26			
06	de 39 a 43 anos:	27			
07	de 44 a 48 anos:	24			
08	de 49 a 53 anos:	30			
09	de 54 a 58 anos:	25			
10	de 59 a 99 anos:	15			
TOTAIS:		224		R\$	R\$
Valor Total Mensal por extenso:					
Valor Global (Total Anual) por extenso:					

a) Início da Execução: Em até 10 dias após a assinatura do Contrato – conforme edital.

b) Validade da proposta: _____ (mínimo 60 dias).

c) Número do Registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar: _____

c) Relação das cidades abrangidas pelo Plano de Saúde: _____

Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

Declaro que os preços apresentados contemplam, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, necessárias à completa execução do contrato.

Data: ____/____/____

Nome e Assinatura da Proponente

Obs: adverte-se que a simples apresentação desta proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da licitante neste certame, ou de que a mesma não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante)

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

**EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº008/2017**

**ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO**

Eu _____ (nome completo), RG nº _____, representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ DECLARO, sob as penas da lei, que esta empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão nº. 008/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Local e data.

Assinatura do representante legal da empresa

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante)

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

**EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº008/2017**

**ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no processo licitatório, Pregão n.º 008/2017, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim, declaro, sob as penas da lei, que nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, a (nome da pessoa jurídica), encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Local e data.

Assinatura do representante legal da empresa

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante)

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10
Rua Presidente Álvares Florence, 373
Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209
e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº008/2017

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

A empresa _____(nome da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ nº _____, sediada (endereço completo), através de seu representante legal, o Sr.(a) _____(nome completo), portador(a) do Registro Geral – RG nº _____, e CPF/MF nº _____, residente e domiciliado à _____ (endereço completo do representante legal), **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores**, não estando inadimplente com fornecimento de itens, nem descumpriu quaisquer contratações junto à Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, bem como:

- a) **NÃO** se encontra incurso nas penalidades previstas no artigo 87, incisos III e IV, da Lei 8.666/93;
- b) **NÃO** se encontra declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
- c) **NÃO** se encontra punida com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública em qualquer esfera.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura do representante legal da empresa

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante)

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

**EDITAL DE PREGÃO N° 008/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 008/2017**

**ANEXO VI
MODELO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO**

Pelo presente a empresa, situada a CNPJ n.º, através de seu Sr., outorga, ao Sr., RG n.º, amplos poderes para representa-la junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO JARDIM no Pregão (Presencial) n.º **008/2017**, Processo Administrativo n.º **008/2017**, inclusive para interpor ou desistir de recursos, receber citações, intimações, responder administrativamente e judicialmente por seus atos, formular ofertas e lances de preço enfim, praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

....., de de 2017.
(local e data)

.....
(Assinatura e identificação do declarante)

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante)

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

**EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017**

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(nome da empresa), (qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S/A, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.(xxxx), neste ato representada pelo (cargo) (nome do representante legal), portador da Carteira de Identidade n.(xxxx), inscrito no CPF sob o n. (xxxx), **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e data

Nome e Assinatura do representante legal

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

EDITAL DE PREGÃO N° 008/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 008/2017

ANEXO VIII MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO JARDIM E A EMPRESA, TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA OU SEGURO SAÚDE (PRONTO SOCORRO, EXAME LABORATORIAL ESPECIALIZADO E COMPLEMENTAR, SERVIÇOS AUXILIARES, PARTOS E CIRURGIAS, ETC.).

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado como **CONTRATANTE** e assim simplesmente denominada de ora em diante, o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO JARDIM**, com sede na Rua Presidente Álvares Florence, 373 - Centro, Santo Antonio do Jardim - SP, inscrita no CNPJ sob o n.º 45.739.091/0001-10, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Senhor **GILMAR DE OLVEIRA PEZOTTI**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade, RG n.º xxx e do CPF/MF xxxxx, residente e domiciliado à _____, estado de São Paulo, e de outro lado como **CONTRATADA**, e assim simplesmente denominada de ora em diante, a empresa, com sede à, n.º,, inscrita no CNPJ sob o n.º, Inscrição Estadual, neste ato representado pelo sócio proprietário,,, portador de cédula de identidade RG n.º, e CPF n.º, residente e domiciliado à, resolvem firmar o presente contrato decorrente do **Pregão Presencial n.º 008/2017**, regido pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

§ 1º O Objeto do presente Termo Contratual é a **Contratação de empresa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, para a prestação/cobertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, na acomodação quarto coletivo (enfermaria), aos servidores da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim e seus dependentes**, tudo de acordo com estipulado no edital, e anexos do Pregão Presencial n.º 008/2017, a ainda, nos termos da proposta comercial da apresentada pela CONTRATADA.

§ 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ou supressão total ou parcial por acordo entre as partes nos termos do artigo 65, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

§ 1º Os serviços deverão ser executados por meio de rede assistencial (credenciada, referenciada, cooperada, etc.) nas cidades de cobertura indicadas no Termo de Referência do edital, e nas demais localidades constantes da proposta apresentada, livremente escolhida, com abrangência geográfica no Estado de São Paulo, e ressarcimento/reembolso nos Municípios onde não houver rede assistencial (credenciado, referenciado, cooperado, etc.) quando o beneficiário estiver em trânsito, com cobertura emergencial e de urgência em rede nacional, na conformidade do Anexo I – Termo de Referência do Edital e na proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

§ 2º A cobertura será automática e sem carência, a todos os beneficiários indicados pelo **CONTRATANTE**, tanto os atuais como aqueles que vierem a adquirir o direito, em qualquer época da vigência do contrato, respeitados os prazos de inscrição dispostos na legislação específica.

§ 3º O recebimento do objeto será efetivado por Servidor especialmente designados pelo **CONTRATANTE**, que expedirão o **Atestado de Recebimento**, no que couber, nos termos da Ordem de Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COBERTURA DOS SERVIÇOS

§ 1º Cobertura e custeio de atendimento em rede assistencial (credenciada, referenciada, cooperada, etc), nos termos do item 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

CLÁUSULA QUARTA – DAS CREDENCIAIS DE IDENTIFICAÇÃO

§ 1º A **CONTRATADA** fornecerá, gratuitamente, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento dos respectivos documentos pessoais e comprobatórios dos beneficiários inscritos, uma credencial de identificação individual, a fim de ser utilizada nos locais credenciados, juntamente com um documento pessoal.

§ 2º Ocorrendo o extravio da credencial por parte do beneficiário, o mesmo deverá apresentar uma justificativa por escrito e solicitar o envio de uma nova credencial que deverá ser fornecida, sem custo adicional. Caso a mesma tenha sido roubada ou furtada deverá ser apresentado o respectivo boletim de ocorrência policial.

§ 3º Enquanto as credenciais não forem emitidas, ocorrendo casos de necessidade, emergência ou urgência, a **CONTRATADA** fará o encaminhamento do beneficiário ao serviço na rede assistencial apta a prestar o atendimento.

CLÁUSULA QUINTA – DA INCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO

§ 1º Durante a vigência deste Contrato, poderão ocorrer inclusões e exclusões de beneficiários, que serão processadas ao final de cada mês, passando a vigorar a partir do **1º (primeiro) dia do mês subsequente**, mediante a entrega dos respectivos documentos comprobatórios e, no caso de exclusão, a devolução das respectivas credenciais.

§ 2º Em toda exclusão de beneficiário, o **CONTRATANTE** obriga-se a solicitar a devolução das respectivas credenciais. Não sendo possível, o beneficiário titular assinará uma declaração de responsabilidade sobre o uso indevido das mesmas.

§ 3º Na inclusão de beneficiários, a **CONTRATADA** deverá providenciar a emissão das credenciais de identificação, bem como o envio do livreto, nos primeiros **10 (dez) dias** após o envio da documentação pertinente.

§ 4º Nos casos de aposentadoria, exoneração ou demissão dos servidores, estes poderão optar por manter o plano, por período não superior a dois (02) anos, assumindo o pagamento do valor integral, durante esse período, sendo-lhe facultado, ao final a Portabilidade para Plano Individual.

§ 5º Nos casos de licença e afastamento, sem remuneração ou estando o Funcionário à disposição de outro órgão, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim, estes poderão optar pelo cancelamento do benefício ou por manter o benefício assumindo o pagamento do valor integral, durante o período.

CLÁUSULA SEXTA – DA REDE ASSISTENCIAL (CREDENCIADA, REFERENCIADA, COOPERADA, ETC.)

§ 1º Na ocorrência de descredenciamento de qualquer prestador de serviços, a contratada deverá proceder à substituição, com a devida formalização ao **CONTRATANTE**;

§ 2º Na impossibilidade da substituição prevista no parágrafo anterior, devidamente justificada, a **CONTRATADA** poderá propor outro estabelecimento, desde que com anuência prévia do **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO E TERCURSOR

§ 1º Os preços para o fornecimento objeto deste Contrato, são os apresentados na proposta da **CONTRATADA**, devidamente aprovados pela **CONTRATANTE**, que totalizam o valor de **R\$** (.....), conforme discriminado no quadro abaixo:

Item	Faixa Etária	Quantidade Estimada de Usuários (a)	R\$ Unitário Mensal (b)	R\$ Total Mensal (c) = (a) x (b)	R\$ Total Anual (d) = (c) x 12
01	de 0 a 18 anos:	45			
02	de 19 a 23 anos:	09			
03	de 24 a 28 anos:	10			
04	de 29 a 33 anos:	13			
05	de 34 a 38 anos:	26			
06	de 39 a 43 anos:	27			
07	de 44 a 48 anos:	24			
08	de 49 a 53 anos:	30			
09	de 54 a 58 anos:	25			

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

10	de 59 a 99 anos:	15			
TOTAIS:		224		R\$	R\$
Valor Total Mensal por extenso:					
Valor Global (Total Anual) por extenso:					

§ 2º As quantidades acima são estimadas, não caracterizando a obrigatoriedade de sua utilização, devendo ser cobrado exclusivamente a quantidade efetivamente utilizada, observado o valor unitário;

§ 3º Os valores acima são considerados como final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídas, no mesmo, todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da **CONTRATADA**.

§ 4º Os valores contratados somente serão reajustados depois de decorrido o primeiro ano contratual, com base no índice IPC – SAÚDE da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, acumulado nos últimos doze meses, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da **CONTRATADA** neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

§ 4º As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta das dotações orçamentárias do presente exercício e serão suplementadas se necessário, sendo:

Saúde: 08.01.00.3.3.90.39.2035.01.310.0000; Estradas Vicinais: 09.01.00.3.3.90.39.2026.01.110.0000; Promoção Social – Núcleo At. Criança: 06.01.00.3.3.90.39.2012.01.210.0000; Promoção Social Assist. Social: CRAS: 10.01.00.3.3.90.39.2033.01.510.0000; Limpeza Pública: 09.01.00.3.3.90.39.2028.01.510.0000; Contabilidade: 04.01.00.3.3.90.39.2007.01.110.0000; Ensino Fundamental: FUNDEB (Prof) 06.01.00.3.3.90.39.2013.02.262.0000; Ensino Fundamental: FUNDEB (Motoristas) 06.01.00.3.3.90.39.2020.02.262.0000; Cultura: 07.01.00.3.3.90.39.2024.01.110.0000; Serviço Funerário: 09.01.00.3.3.90.39.2030.01.110.0000; Educação Infantil: (Motoristas); 6.01.00.3.3.90.39.2022.01.210.0000; Esporte e Turismo: 07.01.00.3.3.90.39.2025.01.110.0000; Ensino Fundamental: FUNDEB (Auxiliares) 06.01.00.3.3.90.39.2013.02.262.0000; Ensino Fundamental: (Auxiliares) 06.01.00.3.3.90.39.2013.01.220.0000; Ensino Infantil: FUNDEB (Infantil Professores): 06.01.00.3.3.90.39.2011.02.262.0000; Pessoal: 03.01.00.3.3.90.39.2005.01.110.0000; Tributação: 04.01.00.3.3.90.39.2007.01.110.0000; Vigilância Epidemiológica: 08.01.00.3.3.90.39.2038.01.310.0000; Vigilância Sanitária: 08.01.00.3.3.90.39.2037.01.310.0000; Transportes e Serviços Gerais: 09.01.00.3.3.90.39.2028.01.110.0000; Meio Ambiente: 05.01.00.3.3.90.39.2008.01.110.0000; Gabinete do Diretor e dependentes: 09.01.02.3.3.90.39.2028.01.110.0000; Produção Vegetal: 05.01.00.3.3.90.39.2010.01.110.0000; Ensino Fundamental: (Motoristas) 06.01.00.3.3.90.39.2020.01.220.0000; Gabinete: 02.01.00.3.3.90.39.2003.01.110.0000; Material e Almoarifado: 03.01.00.3.3.90.39.2005.01.110.0000; Procuradoria Jurídica: 02.01.00.3.3.90.39.2003.01.110.0000.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

§ 1º Os pagamentos dos serviços, efetivamente executados pela **CONTRATADA**, serão efetuados mensalmente pela **CONTRATANTE**, através de seu Setor de Finanças por meio da Tesouraria do Município, após o recebimento definitivo do objeto da licitação e da documentação fiscal, devidamente atestada por Servidor Competente da Municipalidade.

§ 2º A **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE**, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços efetivamente prestados no mês imediatamente anterior, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprova-la ou rejeitá-la.

§ 3º O pagamento será feito através de cheque nominal, depósito em conta corrente em nome da **CONTRATADA**, transferência entre contas ou através de boleto bancário.

§ 4º O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

§ 5º As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

§ 6º No caso de constatar, o representante da Prefeitura Municipal, qualquer irregularidade, imperfeição ou defeito na prestação dos serviços, objeto deste ajuste, será lavrado o competente termo de constatação, sendo suspenso o pagamento integralmente, até que seja refeito, regularizado ou completado o objeto, nos moldes constantes do presente termo, sem qualquer direito de reclamação da **CONTRATADA**.

§ 7º Caso os serviços não correspondam ao exigido no presente ajuste, a **CONTRATADA**, deverá providenciar no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação expedida pela **CONTRATANTE**, a sua adequação, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor.

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

§ 1º O prazo de vigência contratual será de doze (12) meses, contados da assinatura do respectivo termo de contrato, podendo, no entanto, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo permitido pela legislação pertinente.

§ 2º A **CONTRATADA** poderá se opor à prorrogação, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo **CONTRATANTE** em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento deste Contrato, ou de cada uma das prorrogações.

§ 3º A não prorrogação do contrato por conveniência do **CONTRATANTE** não gerará à **CONTRATADA** direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

§ 1º Em caso de descumprimento de qualquer prazo ou obrigação estabelecidos neste instrumento, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e no artigo 7º da Lei 10.520/02, serão aplicadas à contratada, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, as sanções cabíveis à espécie, na seguinte proporção:

I – Advertência por escrito;

II - Multa equivalente a 10% (dez por cento), calculado sobre o valor total da contratação, por atraso das obrigações, até o limite de 30(trinta) dias;

III - Multa equivalente a 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor total da contratação, por atraso das obrigações, a partir do 31º(trigésimo primeiro) dia, até o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, quando será declarada a inexecução contratual;

§ 2º Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

II - Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

§ 3º Suspensão temporária de participação da **CONTRATADA** em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 5(cinco) anos;

§ 4º Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

§ 5º A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantido à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

§ 1º A rescisão contratual poderá ser:

I - Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

II - Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo administrativo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

§ 2º A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no § 2º da CLÁUSULA DÉCIMA.

§ 3º Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

I - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;

II - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§ 1º Cumprir, durante toda a vigência deste Contrato, as obrigações e coberturas assumidas no presente Instrumento e no Termo de Referência – Anexo I do edital.

§ 2º Impedir que haja qualquer tipo de prejuízo nos atendimentos previstos, em virtude de atraso no pagamento dos serviços prestados pela rede assistencial (credenciada, referenciada, cooperada, etc.).

§ 3º Manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.

§ 4º Manter o mais completo e absoluto sigilo após o encerramento deste Contrato, de quaisquer dados, informações e documentos de que venha eventualmente a ter conhecimento ou acesso, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, sob pena de aplicação de sanções.

§ 5º Responder por todos os impostos, taxas, emolumentos, seguros e contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes deste Contrato, de forma a que os pagamentos constantes da Cláusula Sétima representem a única e exclusiva contraprestação pelos serviços prestados. Exceto quando se tratar de contribuição previdenciária, quando a **CONTRATADA** for cooperativa, nos termos da IN RFB nº 971/09.

§ 6º Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato.

§ 7º Dispor de equipe especializada para oferecer todo o suporte na implantação, e posterior manutenção e gerenciamento do plano, mantendo no decorrer deste Contrato, um canal de comunicação exclusivo.

§ 8º Indicar um preposto para comparecer na sede do **CONTRATANTE**, sempre que convocado, para esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.

§ 9º Emitir, quando necessárias, as Guias de Atendimento/Autorizações de Internação nos prazos estabelecidos na Resolução Normativa RN nº 259, de 17 de junho de 2011, alterada pela Resolução Normativa RN nº 268, de 01 de setembro de 2011 e suas futuras alterações ou comunicar em tempo hábil os motivos da não autorização.

§ 10º Fornecer a relação dos exames especiais e procedimentos médicos que necessitem de prévia autorização.

§ 11º Comunicar o **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer irregularidade cometida por beneficiário, por má-fé ou dolo, para as medidas cabíveis.

§ 12º Possuir Central de Atendimento funcionando **24 horas por dia**, inclusive aos sábados, domingos e feriados, com pessoas habilitadas para informar sobre locais para a realização de exame laboratorial especializado ou complementar, não constante no livro da rede credenciada/referenciada, atendimento de urgência e/ou emergência em pronto-socorro ou hospital, autorização para a realização de procedimentos cirúrgicos em hospitais, consultórios/ambulatórios e clínicas, internação eletiva de urgência e/ou emergência, serviços de remoção em unidades móveis equipadas nos padrões simples ou UTI, em território nacional, reembolso de despesas com a realização de procedimentos dos serviços garantidos no contrato, quando realizados na livre escolha ou em atendimento de emergência ou urgência, quando não for possível a utilização de serviço próprio, rede credenciada/referenciada ou das congêneres;

- a) Quando se fizer necessária a autorização prévia para a realização de procedimento, e desde que corretamente solicitado pelo médico assistente, a liberação deverá ocorrer nos prazos estabelecidos na Resolução Normativa RN nº 259, de 17 de junho de 2011, alterada pela Resolução Normativa RN nº 268, de 01 de setembro de 2011 e suas futuras alterações;
- b) A Central de Atendimento deverá dispensar tratamento diferenciado para os beneficiários do **CONTRATANTE** através de identificação do número do contrato.

§ 13º Enviar até o dia **10 do mês subsequente** à utilização dos serviços, os relatórios de Gerenciais e de Acompanhamento, conforme disposto no item 11.5 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

§ 14º Disponibilizar para cada beneficiário titular, um livreto atualizado, contendo todos os serviços e coberturas.

§ 15º Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato.

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

§ 1º Designar Gestor para fiscalizar a fiel execução do presente Contrato.

§ 2º Orientar os usuários na utilização adequada dos serviços oferecidos pela **CONTRATADA**, para prevenir abusos e gastos desnecessários.

§ 3º Comunicar imediatamente à **CONTRATADA** qualquer irregularidade cometida por má-fé ou dolo do Beneficiário, para que sejam tomadas as providências legais cabíveis.

§ 4º Conferir e enviar à **CONTRATADA**, em tempo hábil, cópia dos documentos necessários à inclusão/exclusão do titular e dependentes.

§ 5º Informar mensalmente a **CONTRATADA** todas as alterações na situação dos beneficiários ou seus dependentes, bem como as admissões e demissões de servidores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

§ 1º Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- I - Processo Administrativo n.º 008/2017;
- II - Edital da Licitação n.º 008/2017 e seus anexos;
- III - Proposta da **CONTRATADA**; e

§ 2º Os documentos referidos no parágrafo anterior, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

§ 3º Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei n.º 8.666/93 e alterações, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TOLERÂNCIA

Parágrafo Único - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Parágrafo Único - Elegem, as partes contratantes, o Foro da cidade de Espírito Santo do Pinhal, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato e não resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo - assinadas, a tudo presentes.

Santo Antonio do Jardim, ...de de

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA.

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP nº 008/17

Fls. _____

EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2017

PROCESSO Nº 008/2017

ANEXO IX

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(A ser formalizado junto com o contrato)

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO JARDIM

Órgão: Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim

Contrato nº. (de origem):

Objeto:

Contratante:

Contratada:

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1.993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Santo Antonio do Jardim, ____ de _____ de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA.

Aprovamos o
presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim



PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM – SP

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CNPJ: 45.739.091/0001-10

Rua Presidente Álvares Florence, 373

Fone/Fax: (19) 3654-1204 - (19) 3654-1209

e-mail: compras@sajardim.sp.gov.br

PP n° 008/17

Fls. _____

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO (PRESENCIAL) n.º 008/2017

PROCESSO ADM. n.º 008/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM REGISTRO NA ANS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA OU SEGURO SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO/COBERTURA DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, NA SEGMENTAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, EXAMES LABORATORIAIS E DEMAIS SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO, NA ACOMODAÇÃO QUARTO COLETIVO (ENFERMARIA), AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO JARDIM E SEUS DEPENDENTES

Denominação: _____

CNPJ n°: _____

Endereço: _____

e-mail: _____

Cidade: _____ **Estado:** _____

Telefone: _____ **Fax:** _____

Obtivemos, através do acesso à página <http://sajardim.sp.gov.br>, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de 2017.

Nome: _____

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Setor de Licitações e Compras, pelo e-mail compras@sajardim.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Jardim da responsabilidade da comunicação por meio de fax ou e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Aprovamos o presente edital:

Magda Ap. dos Reis Zuim
Dir. Administrativa/Setor de Licitações
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dra. Flávia Michelle S. M. Gôngora
OAB/SP nº 226.946
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Dr. Leandro Scanavachi
OAB/SP 230.230
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim

Gilmar de Oliveira Pezotti
Prefeito Municipal
Prefeitura Sto. Antônio do Jardim